

BC sobe juros básicos para 12,75% ao ano

Com alta de 0,5 ponto percentual, país voltar a ter a maior taxa real do mundo. Objetivo é conter inflação

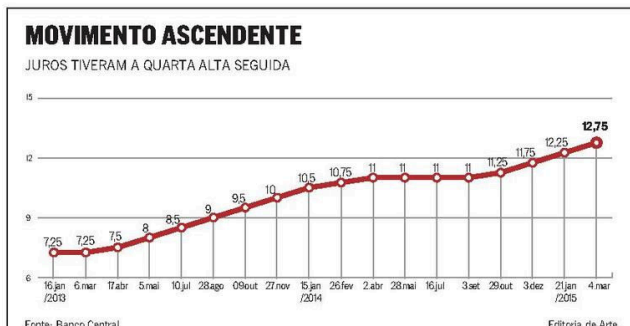
ELLANE OLIVEIRA
ellane@bsb.oglobo.com.br
JOÃO SORMIA NIETO
joao.sormia@sp.oglobo.com.br

-BRÁSILIA E SÃO PAULO. Em meio a um cenário de economia fraca e inflação em alta, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu aumentar em 0,5 ponto percentual a taxa básica de juros (Selic), de 12,25% para 12,75% ao ano. A decisão foi unânime. Com isso, a Selic voltou ao mesmo patamar de janeiro de 2009.

Foi a quarta alta consecutiva dos juros, desde a reeleição da presidente Dilma Rousseff em outubro do ano passado. A alta já era esperada pelo mercado e reflete a preocupação do BC com a inflação, que no acumulado em 12 meses, tem se mantido acima da de 6,5% ao ano.

DÓLAR E TARIFAS PRESSIONAM
"Avaliando o cenário macroeconômico e as perspectivas para a inflação, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic em 0,5 ponto percentual, para 12,75% ao ano, sem vies", diz o comunicado divulgado pelo BC. Além dos reajustes das tarifas públicas, outra fonte de pressão sobre os preços é a alta do dólar frente ao real.

Ninguém esperava nada muito diferente. O Copom já es-



tava sinalizando um ciclo de alta, tendo em vista a questão da inflação, que está bastante complicada. Há o compromisso do BC de trazer a inflação para o centro da meta no ano que vem — disse Thaís Mafalda Zara, economista-chefe da Rosenberg Associates.

Com o aumento de ontem, o Brasil voltou a ter a maior taxa real de juro (descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses) num grupo de 40 países. Segundo ranking elaborado pela consultoria Moneyyou, os juros reais estão em 5,28%, número que deixa o Brasil à frente da China, segun-

da colocada, com taxa de 3,18%, e da Índia, que ocupa a terceira posição, com juro real de 3,17%.

Entre 17 de dezembro e o fim de fevereiro, o Brasil vinha ocupando a segunda colocação, depois que a Rússia subiu juros para tentar conter a fuga de investidores e a consequente desvalorização do rublo, a moeda local. A taxa foi elevada a 17%, e o país ficou com juro real de 9,55%.

— Mas depois, o banco central russo baixou a taxa para 15%, e as expectativas de inflação subiram muito. Atualmente, o país ocupa a 19ª posição,

com zero de taxa real de juro — explica Jason Vieira, economista da Moneyyou, responsável pela elaboração do ranking.

O economista-chefe do Santander, Maurício Molan, acredita que esta é a última alta da Selic do ano, devido ao quadro recessivo da economia. Para ele, a taxa básica de juros começará a cair no quarto trimestre, chegando a dezembro em 11,75%.

— Estamos muito preocupados com a intensidade da recessão que vai se abater sobre a economia este ano, com uma retração de 0,9% do PIB (Pro-

duto Interno Bruto, conjunto de bens e serviços produzidos no país) e uma redução de 1,5% a 2% na demanda doméstica. Essa contração é suficiente para trazer a inflação para uma trajetória de queda a partir de meados deste ano. Não haverá necessidade de apertos adicionais — afirmou Molan.

Já Alex Agostini, sócio da consultoria Austin Rating, acredita que o Copom aumentará a Selic em mais 0,5 ponto percentual em sua próxima reunião. Com isso, a taxa atingiria 13,25%, e dependendo do cenário, ficaria nesse nível até o fim de 2015.

— Não tem como esmorecer. O BC precisa continuar austero. Não tem mágica: os juros têm de subir — sentenciou Agostini.

CRÍTICAS DO SETOR PRODUTIVO
Para Natalia Cotarella, economista do B&P Industrial & Partners, com os preços administrados pressionando a inflação, o BC deve elevar a Selic em mais 0,25 ponto percentual, e a taxa fechará o ano a 13%.

— Os juros altos pioram o desempenho da economia, mas há outros fatores como baixa confiança do investidor e do consumidor, sem falar no risco de racionamento de energia. Nossa expectativa é

que a economia encolha entre 0,3% e 0,4% este ano, ainda sem contar a possibilidade de racionamento — afirma a economista.

Representantes dos empresários e dos trabalhadores criticaram o aumento dos juros. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) considerou a decisão incompatível com o quadro de "recessão" do país. "Um ajuste fiscal feito por meio de aumento da carga tributária e corte dos investimentos públicos não só é nocivo ao crescimento no longo prazo, como também não parece ser viável na atual conjuntura econômica e política", afirma a Firjan em nota.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o novo aumento dos juros agrava as dificuldades da indústria e coloca em risco o emprego.

De acordo com a Força Sindical, o Banco Central perdeu uma ótima oportunidade de afrouxar um pouco "a corda que está estrangulando o setor produtivo, que gera emprego e renda". A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Racional Financiero (Contrafut) considerou a medida "intolerável para os trabalhadores, porque vai agravar a estagnação da economia e concentrar riqueza".

Produção industrial cresce 2% em janeiro

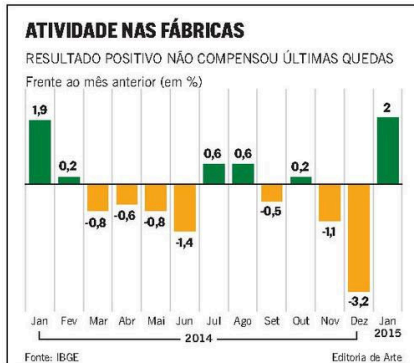
Bom desempenho não muda tendência negativa do setor, dizem analistas

LUCIANNE CARNEIRO
lucianne.carneiro@oglobo.com.br

A indústria brasileira voltou a crescer no início deste ano, mas apesar de ser a maior taxa desde junho de 2013, a alta de 2% sobre dezembro está longe de ser considerada uma reação. A produção ainda se encontra num nível muito próximo do que estava em setembro de 2009, quando se recuperava dos efeitos da crise econômica mundial. Especialistas avaliam que o cenário da economia não debrasa espaço para uma retomada da atividade industrial e prevêm novo recuo este ano. Isso depois de um 2014 que fechou com tombo de 3,3% na produção.

Na comparação com janeiro do ano passado, a produção caiu 5,2%, a décima primeira perda seguida neste tipo de comparação, segundo o IBGE. No acumulado em doze meses há queda de 3,5%, a maior nesse modalidade de cálculo desde janeiro de 2010, quando foi de 4,8%.

— Não há como ficar muito otimista com a alta de janeiro,



parece muito mais um movimento pontual por causa da fraca base de comparação do que um sinal de retomada da indústria ou de mudança de tendência. O cenário é muito deprimido — diz o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Leonardo Carvalho.

Apenas nos meses de novembro e dezembro, produção da indústria acumulou perda de 4,3%. Ou seja, a alta de janeiro — embora acima do que alguns do mercado esperavam — não recupera nem mesmo essa per-

da mais recente. Outro agravante é que o aumento da produção foi concentrado em apenas 13 dos 24 ramos pesquisados pelo IBGE, não é um movimento espalhado de crescimento.

ESTAGNAÇÃO DESDE 2010

A fragilidade da indústria não é recente. Depois de sofrer os efeitos da crise econômica mundial de 2008 e 2009, o setor conseguiu recuperar seu patamar de produção, mas, desde 2010, está estagnada, oscilando em torno do mesmo nível,

aponta Carvalho. E de meados de 2013 para cá, houve uma piora na situação, diz ele.

— Houve alguns esboços de reação em 2011 e em 2013, quando se achou que ia pegar no tranco, mas desde então há uma tendência mais clara de queda — reforça a economista Priscilla Burly, do banco Brasil Plural.

O ganho da indústria de bens de capital (máquinas e equipamentos), que avançou 9,1% na passagem de dezembro para janeiro, também é visto como um crescimento natural diante de uma base de comparação fraca. Em relação a janeiro de 2014, a perda ainda chega a 16,4%. Segundo o gerente da Coordenação de Indústria do IBGE, André Luiz Macedo, janeiro mostra alguma melhora, mas não muda o panorama do setor.

Para Aloísio Campelo, superintendente adjunto para ciclos econômicos da Fundação Getúlio Vargas, ainda há chance de que a indústria feche o primeiro trimestre no negativo.

— O resultado é insuficiente para inverter a perspectiva de que o setor tenha mais um trimestre negativo. Combinado a sondagem industrial da FGV, que mostra queda de expectativas em fevereiro, o cenário é negativo. ■

Colaborou Marcelo Corrêa

Secretário de Tesouro apresenta ajuste à S&P

Agência de classificação busca informações do governo para reavaliar nota do país

MARTHA BECK
marthavb@bsb.oglobo.com.br
GERALDA DOCA
geralda@bsb.oglobo.com.br

-BRÁSILIA. Num dia tenso em função da crise política e das incertezas em relação à aprovação do ajuste fiscal no Congresso, a equipe do Ministério da Fazenda teve uma série de reuniões com a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) para avaliar a situação da economia brasileira. O secretário do Tesouro, Marcelo Saintive, por exemplo, ficou encarregado de detalhar as medidas de ajuste fiscal que o governo pretende adotar para atingir a meta de superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida pública) de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país) este ano. Os técnicos também tiveram reuniões com secretárias de Política Econômica e da Receita Federal.

Segundo o governo, a pro-

ocupação nas conversas com a agência foi explicar que, mesmo com a crise política, o governo está trilhando um caminho de austeridade fiscal sem manobras, como as adotadas nos últimos anos. E deixar claro que há um verdadeiro comprometimento com a meta do superávit primário. Quando rebaixou a nota do Brasil no ano passado, a S&P alegou que um dos motivos era justamente a falta de transparência na gestão das contas públicas.

ENCONTRO COM LEVY HOJE

Enquanto os técnicos da S&P tinham reuniões na Fazenda, auditores fiscais da Receita Federal fizeram um ato em frente ao ministério. O protesto reuniu cerca de 500 servidores que reivindicam reajuste salarial.

Os representantes da agência não deram entrevista e entraram no prédio por uma porta lateral para despistar os jornalistas. Eles estão coletando informações que subsidiarão a próxima avaliação do Brasil, e o desafio da equipe econômica é evitar que o país perca o grau de investimento. Hoje, será a vez de os representantes da S&P conversarem com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. ■

Indicadores	
TR 01/03 0,1298% 02/03 0,1833% 03/03 0,1850% Selic: 12,75%	
Correção da Poupança Até 03/05/12 A partir de 04/05/12	
DIA ÍNDICE 20/03 0,5896% 20/03 0,5896%	

ÍNDICES		
BOVESPA	SAL MÍNIMO FEDERAL*	SAL MÍNIMO IRM**
Sentembro -11,7% R\$ 724 R\$ 874,75		
Outubro +0,55% R\$ 724 R\$ 874,75		
Novembro +0,07% R\$ 724 R\$ 874,75		
Dezembro -8,62% R\$ 724 R\$ 874,75		
Janeiro -5,20% R\$ 798 R\$ 874,75		
Fevereiro +3,97% R\$ 798 R\$ 874,75		

Obs.* O valor do salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2015 é de R\$ 788 ** Para empregado doméstico, entre outros.

INSS/MARÇO	
Trabalhador assalariado Salário de contribuição (R\$) Alíquota (%) Até 1.399,12 8 de 1.399,12 a 2.331,88 9 de 2.331,88 a 4.663,75 11	
Trabalhador autônomo	

INFLAÇÃO		
Índice	Variação percentuais	12 meses
IPCA (IBGE)	0,29%	0,90%
Agosto 3,68%	0,25%	4,82%
Sentembro 3,99%	0,57%	4,61%
Outubro 4,08%	0,42%	5,05%
Novembro 4,02%	0,51%	5,58%
Dezembro 4,02%	0,78%	6,41%
Janeiro 4,11%	1,24%	7,14%

CÂMBIO	
DÓLAR	
Dólar comercial (taxa fixa)	2,8788 2,8804
Paralelo (São Paulo / CMC)	2,75 3,12
Diferença entre paralelo e comercial	-7,71% 4,58%
Dólar-turismo esp. (Banco do Brasil)	2,89 3,07
Dólar-turismo esp. (Bradesco)	2,84 3,13
EURO	
Euro comercial (taxa fixa)	3,2954 3,2950

BOLSA DE VALORES: Informações sobre cotizações diárias de ações e evolução dos índices Ibovespa e IVBX-2 podem ser obtidas no site da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). www.bovespa.com.br

CDI/CDI/TVEF: As taxas de CDI e CDI podem ser consultadas nos sites de Anbima (www.anbima.com.br) e Cetip (www.cetip.com.br)

Finançeira (TFP) está disponível no site do Banco Central (www.bc.gov.br). Para visualizá-la, clicar em "Economia e Finanças" e, posteriormente, em "Séries temporais"

GRUPO DE SUBSIDIÁRIAS:

